

## América Latina: a necessária integração<sup>1</sup>

---

Wilson Cano<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo discute alguns dos principais problemas que envolvem a criação da ALCA e a participação do Brasil nesse bloco. Lembra que, aos efeitos perversos da década de 1980, somaram-se os decorrentes da implantação das políticas neoliberais na década seguinte, dando continuidade à estagnação de nossa economia e aumentando-lhe ainda mais a vulnerabilidade externa. Conclui, advertindo que nossa entrada na ALCA significa nossa abdicação a um verdadeiro e necessário projeto nacional de desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** ALCA; Brasil; Integração; Desenvolvimento econômico; Comércio.

### Abstract

This article discusses some of the main problems regarding the participation of the Brazilian economy in the future FTAA (Free Trade Agreement of the Americas). It adverts that, the effects of the 1980s crises, along with the neoliberal policies during the 1990s maintained the economic stagnation, increasing external vulnerability. It concludes that our membership in the FTAA means the renunciation of a national project of economic development.

**Key words:** FTAA; Brazil; Economic development.

**JEL** O19, O54, F02, F15.

### 1 A crise da década de 1980 e a atual

Em países subdesenvolvidos, desequilíbrios crônicos de balanço de pagamentos e inflação geralmente andam juntos, seja porque a taxa cambial é pressionada para cima (desvalorizada), elevando o nível de preços internos, seja porque o desequilíbrio cambial (“corrigido” ou não por entrada autônoma de capitais) pressiona e aumenta a dívida pública interna, desequilibrando também as contas públicas. A manutenção e o aumento destes desequilíbrios tornam difícil a administração da dívida pública, aumentando a incerteza e elevando a taxa de juros e as pressões inflacionárias.

Os ajustes macroeconômicos impostos pelo FMI/BIRD durante a década de 1980 tinham como pressuposto teórico o excesso de demanda (de importações, investimentos e consumo privados e gastos públicos). Assim, mandava-se reduzi-la, por via da elevação de alguns impostos, do corte drástico no gasto público, da elevação da taxa de juros, do corte de crédito, da restrição monetária e do “inevitável” arrocho salarial (público e privado).

---

(1) Estas notas foram inicialmente apresentadas no XII *Encuentro Latinoamericano del Grupo Bologna de Expertos em Relaciones Laborales*, Buenos Aires, 8-9 de setembro de 2003. Esta versão, para a revista *Economia e Sociedade*, foi concluída em 16 de novembro de 2003, em que mais uma discussão era feita, Miami, e onde o Brasil apresentou uma proposta “flexível”, que, se aprovada, permitiria a cada país se obrigar exclusivamente às regras *genéricas comuns*, tentando evitar as obrigações mais complexas propostas pelos Estados Unidos, relatadas no item 3 deste artigo.

(2) Professor titular do Instituto de Economia da UNICAMP.

Na verdade, além dessa explicitação, o fato mais importante (para os países desenvolvidos, é claro) era o de que o montante dos juros sobre a dívida externa abria rombos imensos nos balanços de transações correntes, aumentando a dívida externa e impedindo até mesmo o pagamento total dos juros. Lembremos que, após a “farra” do endividamento externo na década de 1970, os Estados Unidos elevaram violentamente a taxa de juros, entre 1978 e 1982, o que aumentou fortemente as dívidas dos países subdesenvolvidos (e de muitos países socialistas), quebrando-os. Entre outras, foram “memoráveis” as quebras da Polônia, México, Argentina e Brasil, naquele período.

Através daqueles ajustes, reduziam-se a demanda interna e grande parte das importações, gerando-se um “excedente” exportável de bens e serviços que produziram enormes saldos comerciais com que se criavam condições para pagar parte dos juros e renegociar as dívidas com os credores internacionais.<sup>3</sup>

Contudo a brutal elevação dos juros externos e o corte de novos financiamentos, instauraram novo conflito entre os setores público e privado: este último, tentando livrar-se da catástrofe das desvalorizações e dos juros sobre sua dívida externa, pressionou o Estado, (que não dispunha de divisas para saldá-la), pagando-a em moeda nacional, com o que se deu a “estatização” formal da dívida externa privada. Com isto, as contas públicas viraram um “saco sem fundo”, uma vez que o governo, para remeter serviços da dívida, tinha de adquirir dólares privados, para o que emitia mais dívida interna. Este processo denominou-se “ciranda financeira”.

Salvo em casos especiais, em que os Estados Unidos tinham maior interesse político (como os da Polônia, Israel, Bolívia, Chile e México) e nos quais as condições de renegociação das dívidas foram menos duras, esses ajustes resultaram apenas na geração dos saldos comerciais. A inflação persistiu, a dívida pública externa e a interna cresceram, agravando as contas públicas, e a produção e o emprego tiveram resultados medíocres. A queda do salário real não só piorou a distribuição da renda como empobreceu novas camadas da população, rebaixando o padrão de vida e incrementando a miséria social.

Em meados dessa mesma década, enquanto amargávamos esses perversos efeitos, a Tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão) tentava sair das crises financeira e produtiva, introduzindo políticas neoliberais, renegociando parte das dívidas externas do Segundo e Terceiro mundos e reestruturando suas estruturas produtivas. Assim, “arrumaram” parcialmente sua casa, gerando novos excedentes exportáveis de bens, serviços e de capital.

Porém a constituição dos blocos (uma forma neoprotecionista) europeu – com a formação do Mercado Único Europeu –, asiático – os NIC’S, liderados pelo Japão – e norte-americano (NAFTA), de um lado, e a persistência de políticas regulatórias e protecionistas na maior parte das economias subdesenvolvidas, de outro, dificultavam a saída daqueles excedentes e também a valorização de seus capitais. Essa contradição foi “resolvida” alterando-se a forma do ajuste macroeconômico na periferia, em fins da década de 1980, com a imposição de políticas econômicas neoliberais, notadamente de abertura comercial e desregulamentação dos fluxos de capitais internacionais.<sup>4</sup>

Entende-se assim que o neoliberalismo esteja assentado para atender a duas questões: a financeira e a produtiva. A primeira decorre da crise financeira internacional, que explicitou a supremacia do capital financeiro sobre as outras formas de capital, impôs a quebra de nossa soberania nacional, liberando seu movimento de busca incessante de

---

(3) A bibliografia sobre esses ajustes é ampla, mas cito apenas alguns textos de Ground (1984); Massad & Zahler (1984); Tokman (1984), e o de Tavares & Fiori (1993).

(4) Sobre as reformas e seus efeitos na periferia, ver Fiori (1999) e Cano (2000).

valorização. A segunda decorre da reestruturação produtiva das empresas transnacionais (ET) em suas bases localizadas nos países desenvolvidos, o que também teria exigido, na década de 1990, que se reestruturassem aquelas localizadas nos subdesenvolvidos. Destas questões derivaram as reformas institucionais liberais impostas a nossos países.

Estas reformas foram complementadas por políticas de estabilização que tiveram como *lastro* uma elevada valorização da moeda nacional<sup>5</sup> ante o dólar e um ciclópico crescimento da dívida pública interna, estimulada por elevados juros reais. Câmbio e abertura resultaram em forte aumento de importados e debilitamento das exportações, gerando grandes déficits, além de terem exercido um papel crucial nas políticas antiinflacionárias.

Para o conjunto dos 20 principais países capitalistas latino-americanos, o déficit acumulado em transações correntes, entre 1989 e 2001, consumiu US\$ 550 bilhões (cerca de 2,9% do PIB acumulado no período), enquanto a dívida externa saltava de US\$ 453 bilhões para US\$ 787 bilhões; as exportações cresceram 164%, mas as importações aumentaram 240%. No Brasil, no mesmo período, o PIB cresceu 26,4%, as importações cresceram 203%, mas as exportações apenas 69%. O câmbio barato e desregulamentado ampliou também os gastos com turismo, compras de imóveis no exterior e crescentes remessas não controladas, muitas de escusa procedência.

É necessário saber que o conjunto das políticas de estabilização e das reformas implantadas constitui um todo articulado para permitir a funcionalidade do modelo neoliberal implantado na América Latina, qual seja:

i) ampla liberdade para o capital (estrangeiro ou nacional) financeiro se apropriar, nos diferentes países, de elevados ganhos de toda ordem, possibilitados pela liberdade de sua alocação setorial e regional, pelo baixo valor dos ativos públicos e privados adquiridos, pela especulação bursátil; pelas tarifas públicas privilegiadas que ampliaram seus lucros operacionais; e pela liberdade de remessa de lucros e de juros. A “justificativa” foi a de que, com isso, o capital externo não só financiaria nosso “passageiro” desequilíbrio externo como a retomada de nosso desenvolvimento;

ii) necessidade das reformas dos sistemas financeiros nacionais, para compatibilizar a velocidade exigida pelos novos fluxos externos e pela diversificação que então se operaria nos mercados financeiros;

iii) abertura comercial e de serviços, por via de forte rebaixamento tarifário e não tarifário e da valorização cambial, que tanto sancionaram as enxurradas de importações e gastos internacionais quanto contribuíram para enfraquecer ainda mais o capital nacional, desnudando nossa incapacidade de concorrer em igualdade com o capital internacional;

iv) flexibilização das relações trabalho-capital, para diminuir ainda mais o já baixo custo do trabalho, adequar os contratos ao novo *timing* da tecnologia e, ainda, abalar as estruturas sindicais;

v) reformas dos sistemas previdenciários, para criar mais um importante flanco de mercado para o capital financeiro e abrir maior espaço no orçamento público para os juros das dívidas públicas internas e externas;

vi) em decorrência disso, necessidade de reformar o Estado nacional, para dismantelar suas estruturas – o que se fez com a conivência de nossas elites, diminuindo o tamanho e a ação do Estado por via de eliminação de órgãos públicos,

---

(5) A valorização, no caso do Brasil, foi de cerca de 40%, entre 1989 e 1994, e na Argentina, de 58% entre 1989 e 1991.

redução dos salários reais e dispensa de funcionários, privatização de ativos públicos, desmantelamento dos sistemas de planejamento e de regulamentação.

Até aqui, já dispomos de dados e informações suficientes para entender que os modelos neoliberais impostos desde o final da década de 1980 à América Latina resultaram numa considerável piora de nossas condições econômicas, políticas e sociais, já deterioradas na década anterior.<sup>6</sup>

Parte substancial das entradas de investimentos diretos do exterior (IDE) foi alocada em compras de empresas públicas e privadas nacionais, predominantemente na área de serviços (distribuição de energia, telecomunicações, finanças etc.). Com isso, de um lado, passou-se, a partir daí, à remessa de lucros para o exterior e, de outro, como a maior parte destas empresas não gera divisas, ao consumo líquido de dólares. Seus novos titulares têm melhor acesso ao financiamento externo, com o que ampliaram-se não só a dívida externa privada, mas também as remessas de juros. Privatizações, desnacionalização, desmantelamento de empresas prestadoras de serviços e sua liberalização ampliaram os gastos internacionais com serviços de transporte, financeiros, de engenharia, consultoria etc.

Com isso, ao buraco da conta de comércio de bens juntou-se o da conta de serviços, aumentando assustadoramente as necessidades de financiamento externo. Atendidas por entradas crescentes de capitais de toda a ordem, causam novo aumento da dívida externa e da conta de juros. Por sua vez, maiores pagamentos de juros e amortizações crescentes exigem novos (crescentes e permanentes) financiamentos externos, a fim de tapar, além daqueles dois buracos (o chamado déficit em transações correntes), aquele que foi aberto no lado financeiro do balanço de pagamentos.

No caso brasileiro, o déficit em transações correntes, de 1995 a 2002, acumulou o fantástico volume de US\$ 199 bilhões; a dívida externa saltou, no mesmo período, de US\$ 150 bilhões para US\$ 235 bilhões, e seu passivo externo atinge, hoje, cerca de US\$ 400 bilhões. Para enxugar a liquidez gerada pela “enxurrada de dólares”, foi necessário imenso aumento da dívida pública, com o que os juros pagos pelo governo já somam entre 8% e 10% do PIB! Estes (maus) fundamentos macroeconômicos debilitam também o sistema de crédito interno ao setor privado, comprimido hoje em cerca de apenas 25% do PIB.

Assim, as restrições externas e internas ao crescimento aumentam cada vez mais, inibindo duplamente o investimento: o público, porque o governo não tem recursos para isso; o privado, por meio tanto da elevada taxa de juros quanto do aumento da incerteza e do baixo crescimento do PIB. É preciso, também, lembrar que a crescente contaminação dos juros no orçamento público leva a novos e crescentes cortes do gasto corrente, notadamente nos gastos sociais.

Os efeitos líquidos desse conjunto fazem com que o crescimento médio do PIB, na América Latina e no Brasil, seja muito baixo. Entre 1988 e 2002, para a maioria de nossos países, o crescimento foi alto (>5%) somente em 4 ou 5 anos; e, em outro tanto, baixo (>3% < 5%), ou débil ou negativo.<sup>7</sup> Isto se deve a que a dinâmica de alto crescimento gera um aumento mais que proporcional dos gastos externos e das contas públicas, levando a uma situação de crise cambial aberta ou latente que obriga a um freio no crescimento, para

---

(6) Ver, no texto acima citado (Cano, 2000), a análise macroeconômica dos sete principais países latino-americanos, cujos movimentos cíclicos repetitivos de *auge*, *baixo crescimento* e *depois a crise* são explicitados pelos dados macroeconômicos.

(7) A exceção a esse desempenho é o Chile, que teve altas taxas em 8 anos, médias em 3 e baixas em outros 3. Sua taxa média durante o período foi de 4,6%. Discuto a especificidade chilena em Cano (2000).

“reequilibrar” as contas externas. Por essa razão, a taxa média de crescimento nos 6 principais países da América Latina (exceto Chile) situou-se, entre 1989 e 2002, em 1,6% na Argentina, 2,0% no Brasil, 2,6% na Colômbia, 3,1% no México e no Peru e 1,6% na Venezuela – taxas tão ruins quanto as verificadas na década anterior.

Mas crescimento maior, pelas razões já citadas, traz aumento nas dívidas, deprimindo também as contas públicas; crescimento baixo ou negativo debilita a receita fiscal, deprimindo-as também. É por isso que, a despeito de a carga tributária brasileira ter crescido, no período recente, de 26% para 34%, a penúria fiscal não se resolve, pois seu aumento (8%) é praticamente todo absorvido pelos juros. Cabe ainda lembrar que os males que afetam o governo central acabam também contaminando os governos estaduais e municipais, transmitindo-lhes os efeitos estruturais e recorrentes da crise.

Não será preciso repisar os males sociais advindos dessa dinâmica: aumento do desemprego, queda dos salários reais, corte dos gastos sociais e aumento da violência, hoje presentes em quase todos os nossos países e cidades. Acresça-se a isso a deterioração, ou o abandono, das políticas de desenvolvimento regional e o desencadeamento de uma *guerra fiscal* entre os entes públicos subnacionais.<sup>8</sup> Assim, é inerente à dinâmica desse modelo a corrosão (e não o equilíbrio) dos chamados fundamentos da economia, que, fatalmente, conduzem-na a um desastre cambial e financeiro equivalente aos de 1994-1995 (México e Venezuela), 1997 (Ásia), 1998 (Rússia), 1999 e 2002 (Brasil) e 1999-2002 (Argentina). O atual modelo ampliou em muito nossa vulnerabilidade externa e dificulta a formulação e execução de um novo projeto nacional de desenvolvimento econômico e social.

Minhas pesquisas e reflexões levam-me a entender que não cabem alterações ou reformas parciais no modelo. Por exemplo, se apenas baixarmos muito os juros, para torná-los compatíveis com o cálculo empresarial, o fluxo de capital externo diminui ou foge, implodindo o modelo; se aumentarmos os gastos sociais (e o investimento público), é o orçamento que explode, ante o enorme peso dos juros; os estímulos às exportações esbarram tanto em obstáculos externos (o descarado protecionismo dos países desenvolvidos, queda dos preços etc.) quanto internos (o problema do financiamento, da carga tributária indireta etc.). Se pretendermos conter importações, defrontamo-nos com acordos internacionais assinados e com a desestruturação causada em parte de nossas cadeias produtivas. Assim, entendemos que devemos substituir o modelo atual, instaurando uma transição rumo a outra alternativa, com uso da soberania nacional no manejo da política de crescimento da renda e do emprego mais altos e duradouros, com distribuição de renda e justiça social, com a oferta e a demanda voltadas principalmente (não de forma exclusiva) para o mercado interno. Nossa vulnerabilidade externa exige, em nossa proposta, rumos de crescimento poupadores e geradores de divisas, que, no entanto, devem se manter longe de qualquer sentido de *autarquia econômica*, ou de uma *volta ao protecionismo frívolo*.

## 2 A integração necessária

Não cabe, nestas poucas linhas, detalhar o conteúdo daquilo que deveria ser a alternativa acima citada.<sup>9</sup> Contudo, cresce na América Latina – ou, pelo menos, em seus principais países – a consciência de que uma política de retomada do crescimento (alto e persistente) do PIB, com distribuição de renda, para consolidar um *mercado de massas*, exige, como requisitos fundamentais, sem que esgotemos a agenda de medidas necessárias:

(8) Sobre o tema, ver Cano (2002a) e Prado & Cavalcanti (2000).

(9) Em recente trabalho, formulei as linhas gerais dessa alternativa (Cano 2002b).

- i) expandir nossas exportações, diversificando-as com produtos de maior valor agregado;
- ii) substituir algumas importações, para o que teremos que reconstituir (ou completar) cadeias produtivas fortemente deterioradas pela abertura comercial;
- iii) conter as necessidades de financiamento externo e renegociar a dívida externa;
- iv) restaurar – é isso é imprescindível – as normas e controles sobre os fluxos de entrada e saída de capital, bem como as operações de câmbio;
- v) reformular o sistema financeiro nacional, para repor, expandir e selecionar o crédito interno.

Cada país, isoladamente, poderia tentar implementar uma ou mais dessas medidas (por exemplo, a iv e a v). Contudo, está fora de dúvida que é praticamente impossível, para a maior parte de nossos países, tentar implantar, sozinha, esse conjunto. Tais medidas exigem, sem sombra de dúvida, uma ação conjunta e coordenada, num esforço de integração.

O item i envolve, além de vigorosas políticas específicas e articulações internacionais, a restauração de políticas industriais soberanas. Ainda assim, a predominância, em nossas pautas exportadoras, de produtos básicos e semimanufaturados enfrenta uma dinâmica internacional adversa, com subsídios nos países desenvolvidos, preços debilitados, baixo crescimento e substituição de produtos. O item ii exige não apenas vigorosas políticas industriais, mas restauração de alguma margem de protecionismo e de orientação seletiva em relação aos investimentos estrangeiros, coisas hoje praticamente proibidas pelas instituições internacionais. Enfrentam-se também problemas sérios de restrita dimensão de mercados nacionais. O item iii requer não apenas o uso da soberania nacional, mas, principalmente, uma ação política conjunta dos países que façam parte de um grupo ou bloco de integração, sem o que, isoladamente, talvez um ou dois de nossos países, no máximo, obtenham algum sucesso. As questões i e ii, dados os objetivos deste texto, são sumamente importantes e nos obrigam a examiná-las com maior cuidado. A necessidade de aumentarmos e diversificarmos nossas exportações (e substituir importações) está implícita em qualquer estratégia que venha a ser desenhada e implementada para o Brasil. Primeiramente, devido à vulnerabilidade externa, e só como papel complementar ao crescimento econômico, dado que aquelas perfazem apenas cerca de 10% do PIB. É preciso ter presente que nossa participação nas exportações mundiais, que era em torno de 2% na década de 1950, caiu vertiginosamente a partir da década seguinte e, entre 1985 e 2002, situou-se entre 0,9% e 1%. Nossa pauta diversificou-se, mas estamos, nos últimos 20 anos, mantendo uma participação de apenas cerca de 55% de manufaturados, sobre o total.

No caso dos produtos agropecuários (que hoje abarcam cerca de 30% das exportações totais brasileiras), em que pese a expansão quantitativa da demanda internacional, seus preços entre 1974 e 2002 caíram cerca de 30%, só se recuperando recentemente, no caso de alguns produtos. Mas as estimativas para o futuro apontam baixo crescimento físico anual dessas exportações mundiais, entre 1 % e 2%, e entre 2,5% e 3,5% para casos especiais como o trigo e a soja.

Estudo recente mostra que, a despeito do grande aumento de nossas vendas, apenas 11,36% do valor das agropecuárias (em bruto e semimanufaturadas) gozam, no comércio mundial, de situação classificada como “ótima”: são produtos com alta expansão mundial, e o Brasil tem aumentado sua participação nesse mercado. Porém, 9,64% são

“oportunidades perdidas” (as importações mundiais crescem, mas nossa participação diminui); 15,28% constituem “retrocesso” (declinam as importações mundiais e também nossa participação); os demais 63,72% estão em “situação de vulnerabilidade” (nossa participação aumenta em produtos que diminuem sua participação nas importações mundiais).<sup>10</sup> Assim, essa situação nos obriga a planejar com mais atenção nossa estratégia, examinando com cuidado as oportunidades e os eventuais tropeços. Por exemplo, a desestruturação das ex-economias socialistas e seu futuro ingresso na União Européia (UE) gerarão restrições em suas importações provenientes de fora da UE e aumento de suas exportações (notadamente de básicos) para a própria UE.

A China, ao contrário, atravessa longa fase de alto crescimento industrial e urbano, mas sua agricultura defronta-se com sérios problemas de recursos naturais. Tendo alta participação na produção e no consumo mundial (35% a 40% no arroz, 25% em algodão, 19% em trigo, 12% em cereais secundários, 9% em óleos vegetais, tortas, rações etc.), ela poderá nos trazer alento mais dinâmico, talvez passível de negociações bilaterais. Salvo no que se refere a gás e petróleo, as séries históricas da demanda internacional de produtos minerais mostram sério debilitamento para a maior parte desses produtos, tanto pela queda do ritmo de consumo mundial quanto, principalmente pela substituição que vêm sofrendo por outros produtos modernos. Observe-se (Tabela 1) que, entre 1950 e 1975, enquanto o consumo aparente dos Estados Unidos já mostrava forte inflexão, a produção mundial ainda apresentava taxas altas para os quatro produtos assinalados. Isto se deve à notável expansão econômica vivida pelos demais países desenvolvidos – foi a chamada *golden age* – e à última e forte expansão industrial diversificada do Terceiro Mundo.

Tabela 1  
Taxas médias anuais (%) de crescimento do consumo aparente dos EUA e da produção mundial

	Alumínio		Cobre		Minério de Ferro		Aço	
	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA	Mundo	EUA <sup>(1)</sup>	Mundo
1900-1920	19,13	15,67	7,00	3,36	4,56	1,65 <sup>(2)</sup>	4,88	4,82
1920-1950	8,46	8,61	2,48	3,08	1,49	2,92	2,04	3,26
1950-1975	5,77	8,74	1,61 <sup>(3)</sup>	4,56	0,14	4,58	0,79	5,00
1975-2000	3,06	2,78	1,78	2,42	-1,93	0,65	-1,15	1,11

<sup>(1)</sup> Refere-se ao consumo de ferro gusa (*pig iron*).

<sup>(2)</sup> Taxa média de 1904-1920.

<sup>(3)</sup> Taxa média de 1976-77/1950.

Fontes: <www.usgs.org>; *Steel Statistical Yearbook*.

Contudo a crise e a reestruturação produtiva e tecnológica que estamos vivendo nos últimos 25 anos mostram tendência depressiva tanto do consumo aparente quanto da produção mundial. Note-se ainda que foi o crescimento veloz da China, Coréia do Sul e da Índia que ainda possibilitou taxas positivas, dados seus retardos no processo de industrialização. Lembremos que as menores taxas de crescimento da demanda e o efeito substituição por outros produtos provocam longa depressão nos preços da maior parte

(10) As cifras citadas encontram-se em: Carvalho (2002).

desses produtos: nos Estados Unidos, os preços reais, que entre 1900 e 1950 haviam sofrido quedas pronunciadas, entre 1950 e 2000 continuaram caindo, com cifras de -25% a -45%.<sup>11</sup>

Já as *commodities* industriais têm altos custos energéticos e/ou ambientais, sofrendo também alguma substituição tecnológica. A demanda mundial de *siderúrgicos* e *não ferrosos* continuará apresentando taxas menores de crescimento e preços baixos. Para a *pasta celulósica* a concorrência aumentou, ante a expansão da capacidade produtiva em países subdesenvolvidos. Por termos competitividade nesses segmentos (25% de nossas exportações totais), ainda poderemos manter nossa participação no mercado, em que pesem as restrições dos países desenvolvidos, já mencionadas. A crise internacional, a reestruturação produtiva e “novas” barreiras comerciais dos países da OCDE, além de nossos próprios problemas, reduziram muito o alto crescimento anterior de nossas exportações de *produtos manufaturados*. Ainda assim, entre 1990 e 2001, crescemos ao mesmo ritmo mundial (6% anuais), mas nossa participação (em valor) no total mundial é ínfima, de cerca de 0,6%. Em produtos têxteis, enquanto o comércio mundial cresceu à taxa média anual de 3% (e as importações dos Estados Unidos a 7,8%), nossas exportações só cresceram à média anual de 1% e nossa participação (em valor) oscilou entre 0,7% e 0,6% (1,3% no mercado dos Estados Unidos). Mas a maior qualidade das exportações de países da própria OCDE perfazia, em 2001, cerca de 45% do total das exportações mundiais de têxteis, enquanto China e Coréia do Sul somavam 35%.

Em confecções, cujo comércio mundial cresceu a 6%, nossa participação (em valor) é ínfima (cerca de 0,1%). Nesse item, no mercado dos Estados Unidos, a China detém 56,5% e a América Latina, 28,6% (12,3% procedentes do México e 14,7% dos países centro-americanos). Neste item, a qualidade do produto da OCDE destacava sua participação em 35% do total mundial, e China e Coréia do Sul somavam 45%. Em calçados, cujas exportações mundiais atingiram em 2000 cerca de 6,6 bilhões de pares (67% chinesas e 5,3% italianas), nossa participação foi de apenas 2,2%. Ela só é importante no mercado norte-americano, cujas importações em 2000 somaram 14,4 bilhões de dólares (totalizando 1,7 bilhão de pares), valor do qual respondemos por 8% (os chineses perfizeram 63% e os italianos, 9%). Os produtos de maior qualidade da OCDE perfaziam cerca de 30% do total mundial (cerca de 15% do volume em pares), e a China detinha pouco mais da metade do valor total (e 60% do número de pares).<sup>12</sup>

**Material de transporte**, com alta participação na pauta, oferece um problema mais delicado, dada a enorme dependência que temos das decisões de suas transnacionais, sobretudo na área do Mercosul. Isto também se dá com os produtos *high tech*. Outros, como *químicos* e *mecânicos*, podem ainda ser objeto de negociações especiais, notadamente com países subdesenvolvidos, em especial com a China, Índia e Rússia.

Assim sendo, apostar em um modelo “*drive* exportador”, o qual ainda exige investimentos amplos de infra-estrutura – intensos em reestruturação tecnológica e produtiva – é, no mínimo, temerário. Fundamentalmente, porque isso demandaria quantia de recursos públicos e privados de que não disporemos, a não ser a muito longo prazo, caso voltemos a crescer bem e persistentemente. Por isto, a modernização teria de ser seletiva, reduzida a alguns setores e a algumas empresas. E isto é imprescindível, pois não será mais possível exportar apenas à custa de trabalho mais barato e de uso intenso de

(11) Conforme a fonte assinalada na tabela (USGS), no período 1950-2000 os preços médios reais praticados no mercado dos Estados Unidos para alumínio, cobre e ferro caíram entre 25% e 40%.

(12) As informações sobre comércio exterior, sem fontes indicadas, foram obtidas em vários sites, da OMC, Ministério de Indústria e Desenvolvimento, Abicalçados, ABIT e ABVEST.

recursos naturais. É preciso insistir em que tanto a vulnerabilidade externa quanto o problema de desemprego exigem que o uso de divisas maximizem a geração de mais divisas (exportando mais ou importando menos) e a de empregos. Pelo acima exposto, parece claro que a dinamização e diversificação de nossas exportações passam, necessariamente, não só por uma seletiva política industrial, mas também por maior e mais diversificada inserção internacional. Contudo, somos países subdesenvolvidos e lutamos, no mundo, com situações adversas decorrentes do brutal desequilíbrio de forças políticas e econômicas, frente aos países desenvolvidos, notadamente os Estados Unidos. Dessa forma, temos que desenvolver ingentes esforços para nos articular aos demais países da América do Sul, além de aos três outros gigantes mundiais já citados. Aliás, fossem verdadeiras as promessas contidas no ideário neoliberal – principalmente a de que, com a abertura e demais reformas, nossa inserção aumentaria, graças à nova eficácia e competitividade produtiva –, seria outra a situação da América Latina. A Tabela 2 mostra esse engodo: quando excluímos o México (dada sua específica situação em relação aos Estados Unidos e ao NAFTA), os coeficientes do restante da América Latina mostram acanhado crescimento nas exportações e notável aumento nas importações.

Tabela 2  
América Latina (AL) e México (Mx): grau de abertura comercial(%)

	X/Y		M/Y	
	1990	2000	1990	2000
AL	11,1	18,0	11,5	19,8
AL-Mx	11,2	13,6	9,7	15,0
Mx	0,6	28,7	17,7	31,5

X: exportações totais; M: importações totais; Y: PIB.

Fonte: CEPAL.

As razões para essa ação conjunta não se esgotam no enfrentamento dos obstáculos externos (instituições internacionais, finança, governos, mídia). Internamente, eles também são grandes: debilitamento do Estado nacional e de suas finanças; encolhimento, do sistema financeiro nacional e opção pelo *rentismo*; crise do sistema de educação, de pesquisa e disseminação de ciência e tecnologia; e, principalmente, a postura “cosmopolita” de nossa mídia, de muitos de nossos empresários e da maior parte de nossas elites. Esses grupos ganharam muito com a abertura, locupletando-se com os escorchantes juros da dívida pública, negociatas com privatizações, trânsito internacional livre – e muitas vezes escuso – de seu dinheiro etc. O tema da integração já permite recolher experiências, muito ou pouco bem-sucedidas, das quais podemos recolher ensinamentos. O processo mais avançado até hoje é o da União Européia, cuja longa duração (50 anos) nos adverte que processos mais avançados (como a concepção de **mercado comum**) requerem um conjunto de complexos e demorados esforços de harmonização e eliminação/diminuição de diferenças. Já a **união aduaneira**, forma um pouco mais avançada que a do simples **livre comércio**, também guarda uma dificuldade, quando os países membros apresentam diferenças muito acentuadas entre si, como é o caso do Mercosul. Ainda assim, e restringindo-nos apenas à América Latina, contamos com os experimentos das três associações centro-americanas e caribenhas, da ALALC, da ALADI, do grupo Andino, do Mercosul e de vários acordos, como o do Grupo dos 3. É preciso examinar seus sucessos e insucessos para se poder corrigir uma rota difícil e longa de integração.

Tabela 3  
Comércio interno como porcentagem do total das exportações de cada bloco

Bloco Comercial	1980	1990	2001
<b>Europa</b>			
Países bálticos	..	..	12.0
Associação Européia de Livre Comércio (AELC)	1.1	0.8	0.7
União Européia (EU)	60.8	65.9	61.2
Zona Euro da União Européia	51.4	55.1	50.1
União Européia e países candidatos à sua adesão	61.8	67.9	67.8
<b>América</b>			
Grupo Andino	3.8	4.1	9.4
Mercado Comun Centroamericano	24.4	15.4	15.0
Comunidade do Caribe	5.3	8.1	13.4
Área de Livre Comercio das Américas (futura ALCA)	43.4	46.6	60.1
ALADI	13.9	11.6	14.5
Mercosul	11.6	8.9	20.8
NAFTA	33.6	41.4	54.8
Organização dos Estados do Caribe Oriental	9.0	8.1	5.6
<b>África</b>			
Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos	0.1	0.5	0.8
Mercado Común del África Meridional e Oriental	5.7	6.3	5.2
Comunidade Econômica dos Estados da África Central	1.4	1.4	1.1
Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	9.6	8.0	9.8
União do Rio Mano	0.8	0.0	0.7
Comunidade da África Meridional para o Desenvolv. (SADC)	0.4	3.1	10.9
Comunidade Econômica e Monetária da África Central	1.6	2.3	1.3
União Econômica e Monetária da África Ocidental	9.9	12.1	13.5
União do Magreb Árabe	0.3	2.9	2.6
<b>Ásia</b>			
Associação de Nações da Ásia Sudoriental	17.4	19.0	22.4
Acordo de Bangkok	1.7	1.6	8.7
Organização de Cooperação Econômica	6.3	3.2	5.4
Conselho de Cooperação do Golfo	3.0	8.0	5.1
Grupo Melanesio "Punta de Lanza"	0.8	0.4	0.8
Associação da Ásia Meridional para a Cooperação Regional	4.8	3.2	4.9
<b>Inter-Regional</b>			
Cooperação Econômica Ásia-Pacífico	57.9	68.4	72.5
Cooperação Econômica do Mar Negro	5.9	4.2	14.8
Comunidade de Estados Independentes	..	..	18.2

Fonte: UNCTAD *Handbook of Statistics (Manual de estadísticas de la UNCTAD)* (2002).

Contudo a constituição de blocos de integração entre países subdesenvolvidos apresenta um problema estrutural crônico: suas possibilidades de ampliar o comércio intramembros é reduzida, por uma série de razões (notadamente a incapacidade financeira), como se pôde constatar na Tabela 3. Assim, enquanto na UE esses fluxos participam com 61% (67,8%, com a inclusão dos novos integrantes) das exportações totais do bloco, e no NAFTA a cifra é de 55%, os blocos latino-americanos situam-se entre 5,6% para o do Caribe Oriental a 20,8% para o Mercosul (em anos de auge), pondo a nu a

necessidade de intensificar os fluxos intra e de avançar com outros acordos internacionais. Estes últimos, no caso brasileiro, deveriam buscar países com certa semelhança com o Brasil, como a Índia, a China e a Rússia. Observe-se, na mesma tabela, que os coeficientes africanos e asiáticos menos industrializados são muito baixos, distanciados dos 72,5% representados pelo grupo Ásia-Pacífico – Japão, NIC's, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, China e outros.

Para o conjunto da América Latina, penso que seu maior país deveria liderar – e reconhecemos que algumas gestões estão sendo feitas pelo atual governo, neste momento – um esforço de integração com todos os países da América do Sul e com outros que não tenham ainda “soldado” seus vínculos com os Estados Unidos, com radical redução de barreiras, porém com a exigência de um certificado de origem, cujo percentual deveria ser decrescente em relação aos países mais pobres da região. Contudo essa tarefa não é fácil, e, examinando o desempenho dos diversos blocos latino-americanos nos últimos anos, constatamos que seu crescimento ficou muito aquém do que era esperado. São muitas as razões para esse desempenho: diferenças nas estruturas jurídicas, políticas, sociais, culturais, de ciência e tecnologia, ambientais etc. Pelo ângulo da economia, as diferenças de políticas econômicas e de movimento dinâmico entre essas economias são ainda mais graves.

Chega a ser espantoso ver, com certa frequência, por exemplo, petições ou sugestões para instituir a *moeda única* no Mercosul. A propósito, ao longo dos 17 anos de sua existência (desde 1986, em sua forma anterior), o Brasil teve saldos comerciais positivos em 7 (4 deles expressivos) e negativos em 10 (3 deles expressivos), a maior parte dos quais decorreu justamente dos resultados desastrosos de políticas cambiais argentinas e brasileiras que, em certos momentos, valorizaram indevidamente suas moedas. Assim, penso que nosso processo de integração, ainda que ambicioso, deveria se pautar por cronograma longo de execução. Nas primeiras fases, dever-se-ia tentar integrar apenas os fluxos de bens e de serviços; uma regulamentação parcial para investimentos externos e um esquema de financiamento do comércio, talvez com uso de moeda escritural e de financiamento apenas dos saldos devedores.

### **3 ALCA: a integração subordinada**

Reservo para o final deste texto a polêmica discussão em torno da instituição da ALCA (Associação de Livre Comércio das Américas, com 34 países, exclusive Cuba) e nossa inserção nesse eventual bloco. Apesar de ter surgido oficialmente em 1994, já houve uma anterior investida dos Estados Unidos, em 1890, na Conferência Panamericana de Washington, durante a qual o secretário Blane propôs a instituição de uma União Aduaneira das Américas. Ou seja, é de longa data o interesse dos Estados Unidos em “soldar” o mercado latino-americano a suas finanças e sua máquina de produção...

A atual insistência dos “negociadores” norte-americanos junto ao governo brasileiro explica-se, a meu ver, pelo fato de que o que lhes importa – e é fundamental para a concretização da ALCA – é a rápida inclusão brasileira, como se pode depreender do exame dos seguintes dados: o NAFTA já existe, congregando os Estados Unidos, Canadá e México, que, juntos, representam 48,8% da população, 86,9% do PIB e 84,4% das

exportações da área da ALCA. Se o Brasil se incorporasse, essas cifras passariam, respectivamente, a 70,1%, 91,9% e 89,3%, mostrando a pequena – mas não desprezível – diferença que fariam os demais 30 países. Mas o Brasil não representa apenas aquele diferencial, pois seu ingresso induziria, politicamente e de forma automática, o ingresso dos demais. Mas a pouca transparência do que representa a ALCA já se mostra no próprio nome da instituição: uma Associação de *Livre Comércio*. Ora, se assim fosse, além da proposta de liberar o comércio de mercadorias, caberia perguntar as razões de os Estados Unidos incluírem outras questões na pauta, algumas muito mais relevantes do que a das mercadorias:

– *Acordo de Investimentos*, para proteger o capital estrangeiro, dando-lhe inclusive foro judicial no país de origem.

– *Compras Governamentais*, retirando esse importante instrumento de política econômica, (especialmente a industrial), obrigam os Estados nacionais a proceder a licitações internacionais, proibindo-os, assim, de dar qualquer proteção ao capital nacional público ou privado, curvando-se, pois, aos interesses das empresas transnacionais.

– *Comércio de Serviços*, liberalizando suas importações.

– *Comércio Eletrônico*, com o que nosso mercado *de fato*, e não apenas o *virtual*, seria inundado com bens e serviços estrangeiros, como quando algo similar ocorreu com a “farra” de importações originada do Plano Real.

– *Acordo sobre Propriedade Intelectual, Patentes e Transferência de Tecnologia*, o que causaria a subordinação de nossa política de ciência e tecnologia ao capital internacional.

Com relação às regras preestabelecidas, as referentes às salvaguardas, estas deverão se restringir à órbita da OMC, em que, como se sabe, prevalecerão os interesses dos Estados Unidos, da União Européia e do Japão, contra aqueles dos países subdesenvolvidos. Contudo salta à vista uma regra que nos é absolutamente restrita: a exclusão da liberdade das migrações de trabalhadores, tema cuja simples discussão já se proíbe no tratado do NAFTA. Ora, como mostrou recentemente Ricúpero, a questão tarifária norte-americana não é a que mais importa: os Estados Unidos praticavam tarifa média em torno de 50% até meados da década de 1930, e a média atual é de 2% (de 4% para produtos não isentos). Contudo, o relevante são suas *salvaguardas* (subsídios, *anti dumping*, sociais, sanitárias etc.), as quais não querem negociar na ALCA. Mostra ainda esse autor que, em 1999, enquanto os 15 produtos mais exportados pelo Brasil para os Estados Unidos lá sofriam tarifa média de 45,6%, e os 15 mais exportados por aquele país para o Brasil tinham tarifa média de 14,3%! Pior ainda, são mais penalizados justamente os produtos de menor complexidade tecnológica e de menor valor agregado unitário: têxteis, calçados, confecções, suco de laranja, açúcar, aço etc.<sup>13</sup> Cabe adicionar mais uma dificuldade: a da recente lei norte-americana contra o *bioterrorismo*, que entra em vigor em 12 de dezembro de 2003 e aumenta os custos, a burocracia e os riscos em relação às exportações, para os Estados Unidos, de alimentos, bebidas e produtos dietéticos, fatores que, sem dúvida, irão se constituir em mais uma barreira não tarifária. Os interesses

---

(13) Cf. Ricúpero (2002).

maiores dos Estados Unidos estão claramente explicitados na proposta atual, cujos principais itens, além dos acima citados, têm o seguinte cronograma:

- eliminação de tarifas: **já**, para produtos químicos, bens de capital para medicina, construção civil e mineração, equipamentos elétricos, energia, tecnologias de informação, papel, aço e madeira;
- eliminação tarifária **imediate**: para 65% das importações;
- eliminação tarifária, **entre 2003 e 2008**, para têxteis e confecções;
- eliminação tarifária, **até 2015**, para 100% das importações..

Cabe lembrar que dessa desgravação ficam fora cerca de 350 produtos que o governo dos Estados Unidos consideraram produtos “sensíveis”, além do fato de proporem que os países do Caribe e da América Central teriam condições mais favoráveis do que os da América do Sul.

Ora, o que se depreende da recusa dos Estados Unidos (assim como a da EU e do Japão) em reduzir ou eliminar subsídios à sua agricultura, em defender seus produtos “sensíveis”, e da pauta de “negociação” apresentada, é que a ALCA não nos ameaça apenas devido ao atual descompasso de competitividade entre nossas economias, notadamente o relativo à indústria e aos serviços mais complexos. Trata-se de muito mais do que isso, dada a enorme distância entre a produtividade econômica e o poder político, financeiro e de mercado de suas grandes empresas, *vis-à-vis* as nossas, e nossos atuais Estados nacionais. Se aceitássemos esse jogo, estaríamos não só abdicando da possibilidade de elaborar um projeto nacional de desenvolvimento econômico como, retornando praticamente, de forma submissa e esquecendo quanto nos custou instalar o maior parque industrial da América Latina, ao velho e liberal projeto primário exportador.

A Tabela 4 mostra uma das faces de nossa capacidade exportadora, na qual predominam produtos básicos e semimanufaturados e estão menos presentes os manufaturados em nossas pautas exportadoras, refletindo assim, nossas deficiências, típicas de países subdesenvolvidos.

A Tabela 5, por outro lado, mostra a alta dependência das exportações latino-americanas em relação ao NAFTA, salvo as do Mercosul e, em especial, as do Brasil. Realça também o reduzido grau de integração dentro de cada bloco latino-americano e entre cada bloco com os demais latino-americanos, mostrando um falso estímulo para que nos incorporemos à ALCA: falso porque justamente essa aparente maior amplitude do mercado do NAFTA (leia-se “dos Estados Unidos”) consiste em essência de produtos básicos e de semimanufaturados, com predominância das chamadas *commodities*.

Com isto, cabe advertir que as tentativas dos países subdesenvolvidos, pressionando os da OECD para que reduzam ou retirem os subsídios a suas produções primárias, se viessem a ser atendidas, certamente nos custariam a opção de abrir, escancaradamente, mas de forma “negociada”, nossos parques industriais. Não é demais lembrar que, entre os 32 países latino-americanos que poderiam ingressar na ALCA, sem dúvida o Brasil seria o grande sacrificado.

Tabela 4  
Participação de produtos manufaturados nas exportações totais (%)

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Mercosul	48.5	44.5	46.7	48.5	51.3	41.3	39.6	38.3	40.2	41.3	40.7
Comunidade Andina	14.6	13.5	15.5	16.0	19.1	15.6	16.7	13.9	14.8	18.8	15.5
Merc. Com. C. Americano	24.0	23.3	24.5	26.4	28.0	27.1	24.8	27.6	27.0	43.1	52.0
NAFTA	66.7	69.7	71.2	72.4	73.9	73.4	72.7	73.3	75.6	77.8	n.a.
América Latina	43.5	40.3	44.0	46.5	50.3	45.7	45.5	45.3	47.8	54.8	56.7
América Latina exclusive México	34.5	30.4	32.5	35.1	38.0	30.3	29.1	26.4	27.8	32.4	31.2

Fonte: *Integration and Trade in the Americas*; BID. *Periodic Note*, Dec. 2000, p. 14.

Tabela 5  
Destino das exportações dos principais blocos americanos em 2001 (%)

Blocos	Mercosul	Mercosul, Chile Bolívia	Com. Andina	Grupo dos 3 <sup>(1)</sup>	ALADI <sup>(2)</sup>	MCCA <sup>(3)</sup>	América Latina <sup>(4)</sup>	NAFTA	Américas <sup>(5)</sup>	Total Mundial	Extra Bloco
Mercosul	18	24	4	5	30	0	31	23	52	100	82
Com. Andina	3	5	11	8	18	2	23	47	68	100	89
Grupo 3	1	2	3	2	5	1	7	83	90	100	98
ALADI <sup>2</sup>	6	9	4	4	13	1	15	61	75	100	87
MCCA	0	0	1	3	3	24	31	50	79	100	76
América Latina	6	8	4	4	13	2	16	60	75	100	84
NAFTA	2	2	1	9	12	1	13	56	61	100	44
Total Américas	3	4	2	9	13	1	15	53	61	100	39

<sup>(1)</sup> México, Colômbia e Venezuela; <sup>(2)</sup> Exclui Cuba; <sup>(3)</sup> Mercado Comum Centro-Americano; <sup>(4)</sup> Inclui ALADI, Panamá e MCCA; <sup>(5)</sup> América do Norte, Central e do Sul.

Fonte: *Integration and Trade in the Americas*; BID. *Periodic Note*, Dec. 2001. Table 1 (based on provisional official data from each country; estimations based on data available on 11/17/01).

Neste sentido, as pressões que os principais negociadores do Ministério das Relações Exteriores vêm sofrendo, notadamente a partir de outubro de 2003, de membros do próprio governo (áreas da Fazenda, Agricultura e Indústria) e, principalmente, por fração expressiva da mídia, refletem em grande parte a percepção dos Estados Unidos de que, pelo menos desta vez, alguns de seus interesses poderão vir a ser contrariados pelo Brasil, neste momento apoiado pela própria Argentina.<sup>14</sup> Assim, o oportunismo tecnocrático e o do agronegócio batalham pela ampliação de mercados para vendermos mais “bananas”, enterrando as possibilidades futuras de vendermos máquinas e outros bens de maior valor agregado. Contudo parecem não se dar conta de que fazem uma aposta mercantil de curto prazo, contra uma possibilidade estrutural de longo prazo (o desenvolvimento), sem constatar que as condições estruturais das exportações latino-americanas não são nada boas. Comparando-se os períodos 1987-1992 e 1993-1998, no primeiro período 69,1% delas eram classificadas como de “bens estagnados”, e apenas 30,9% de “bens dinâmicos” em termos de desempenho no comércio mundial; no segundo período, as cifras não são muito melhores: 61,5% e 38,5% respectivamente.<sup>15</sup> E note-se que nesse total estão incluídas as mexicanas. A propósito, recente trabalho mostra que, entre 1900 e 1904 e entre 1996 e 2000, os preços relativos dos produtos básicos caíram, segundo vários índices, entre 50% e 60%, confirmando as teses de Prebisch sobre o inglório destino dos primários exportadores.<sup>16</sup>

Recentemente, a imprensa veiculou o apoio da Argentina a atitudes do Brasil, e ambos os países, para tentar mostrar à opinião pública que não se oporiam absolutamente à negociação, propuseram aos Estados Unidos e aos demais países uma negociação especial para os **serviços**. Concordariam com a abertura para vários tipos de serviços, excluindo, entretanto, os referentes ao setor financeiro, médico, comunicações, jornalísticos e de reparação de material de transporte.<sup>17</sup> É pouco provável que os Estados Unidos concordem com isso, mas, se o fizerem e o Brasil tiver de renunciar às suas outras reivindicações (às regras e cláusulas antes citadas), em troca da concessão da questão dos subsídios agrícolas, isso não deixará de representar nossa abdicação, a longo prazo, dos desígnios norte-americanos.

#### Referências bibliográficas

- BID. *Integration and Trade in the Americas*; Periodic Note. Washington, Dec. 2000, p. 26.
- CANO, W. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp/Unicamp, 2000. Trad. espanhol com o mesmo título. Cartago, Costa Rica, Editora LUR, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Questão regional e política econômica nacional*. In: CASTRO, A. C. (Org.). *BNDES: painéis sobre o desenvolvimento brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002a. v. 3.
- \_\_\_\_\_. *Agenda para um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento*. In: MORHY, L. *Brasil em questão*. Brasília: UnB, 2002b. v. 1, p. 405-431.

(14) A mídia tem dedicado páginas e capas de revistas para enfatizar o “radicalismo” das “desastrosas” questões “impostas” pelos negociadores brasileiros. Uma jornalista (M. Leitão), em programa matinal da Rádio CBN Notícias, chegou a usar a expressão “sabotagem” contra o governo para desqualificar aqueles negociadores.

(15) Cf. BID (2000).

(16) Ver Ocampo & Parra (2003).

(17) Ver *Valor Econômico*, 23 out. 2003, p. A3.

Wilson Cano

- CARVALHO, M. A. de. Comércio agrícola e vulnerabilidade externa brasileira. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 55-69, 2002.
- FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- GROUND, R. L. Los programas ortodoxos de ajuste en América Latina: un examen crítico de las políticas del FMI. *Revista de la Cepal*, Santiago, n. 23, ago. 1984.
- MASSAD, C., ZAHLER, R. El proceso de ajuste en los años ochenta: la necesidad de un enfoque global. *Revista de la Cepal*, Santiago, n. 23, ago. 1984.
- OCAMPO, J., PARRA, M. A. Los términos de intercambio de los productos básicos en el siglo XX. *Revista de la Cepal*, Santiago, n. 79, abr. 2003.
- PRADO, S., CAVALCANTI, E. G. *A guerra fiscal no Brasil*. São Paulo/Brasília: Fundap/Ipea, 2000.
- RICÚPERO, R. Os EUA e o comércio mundial: protecionistas ou campeões do livre comércio? *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 46, p. 7-18, set./dez. 2002.
- TAVARES, M. C., FIORI, J. L. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TOKMAN, V. E. *Monetarismo global y destrucción industrial*. *Revista de la Cepal*, Santiago, n. 23, ago. 1984.